

A LINGUAGEM ICONOGRÁFICA VIRTUAL E O EMPODERAMENTO DOS JOVENS: EM DEFESA DO “INTERNETÊS”

Clarissa Braga¹

Resumo: Neste artigo é proposta a análise da linguagem utilizada pelos jovens no ambiente da rede como forma de fortalecimento da identidade de um grupo etário; contrapondo-se a essa percepção, temos o ambiente escolar, que classifica essa linguagem como “errada” e atribui ao uso da internet a degradação das regras gramaticais e da linguagem culta.

Palavras-chave: identidade jovem, linguagem, novas tecnologias.

Introdução

No ciberespaço, as relações estabelecidas entre os internautas não está desvinculadas de outras formas de sociabilidade: as instituições, cultura, empregos, comunidades e grupo dos quais já faziam parte serão importantes elementos que contribuirão para a escolha dos grupos e percursos que trarão no ambiente virtual.

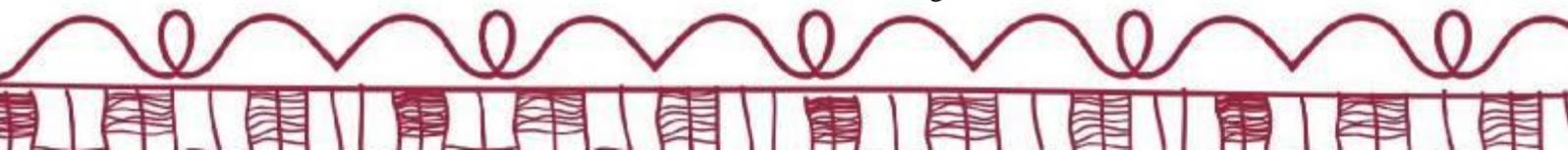
Mas há uma possibilidade ampliada de encontro, que modifica as relações sociais e nos modifica na medida em que cresce no ciberespaço. E isso, gera a formação de novas comunidades, com características semelhantes e outras diferentes do modelo clássico que conhecíamos.

Se anteriormente as comunidades tinham como um dos fundamentos para a formação a proximidade, agora, a agregação ocorre por interesses compartilhados independente de onde o sujeito se encontre. Neste contexto, passamos a falar de “espaços de identidade”, ao invés de “territórios de identidade”.

Territórios de Identidade é um conceito desenvolvido por Milton Santos (2000), que ao abordar a geografia cultural, o descreve como um espaço recheado de representações simbólicas, sobre as quais se constroem as identidades. Assim, destaca a importância do estabelecimento de laços, que ocasionam um sentimento de pertencimento, fortalecendo os membros de uma comunidade ou local.

Isso significa que não só a geografia delimita a comunidade, mas o conjunto do compartilhamento das crenças, manifestações culturais, etnias, vivências, histórias e um

¹ Doutora em Educação e Mestre em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela UFBA. Professora Titular da UNIFACS. E-mail: clarissabraga@hotmail.com.



passado compartilhado que fazem com que aquelas pessoas residentes em um determinado território se sintam parte de um grupo.

Para o autor, nesta concepção, o território supera a definição de apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Ao considerar a dimensão humana e as relações estabelecidas nas localidades, o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é, portanto, o chão mais a identidade, “o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 2000 pg. 83).

Mas as comunidades não vivem isoladas entre si. As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila ou a cidade, formando redes sociais entre seus vizinhos. Com a facilidade dos meios de transporte e meios de comunicação contemporâneos, essas interações ganham contorno mundial. Assim, “as identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas”. (CASTELLS, 1999, p. 79).

Ou seja, há um reagrupamento e reposicionamento dos grupos e das suas identidades culturais. No entanto, no ciberespaço, as comunidades não possuem um “território”, mas um espaço. Alguns autores nomeiam este espaço de “não-lugar”.

Lugar ou não-lugar?

Augé (2001 p.36) descreve os não-lugares por oposição à noção sociológica de lugar, impregnado de cultura, localizada no tempo e no espaço. Ortiz (1994 p.105) segue o mesmo raciocínio, ao se referir ao não-lugar como um espaço desterritorializado “que se esvazia de seus conteúdos particulares”.

Para Augé, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 2001 p.73).

O ambiente de rede se encaixa nas definições supracitadas, pois se trata realmente de um espaço desterritorializado, onde a ausência de fronteiras não permitiria a demarcação territorial de grupos étnicos, culturais, ou ligados a uma determinada nacionalidade. Ou seja, um espaço desconstituído, a priori, de identidades

antropológicas e culturais – que, em um segundo momento, poderia ser apropriado de diferentes formas pelos mais diversos indivíduos ou grupos.

No entanto, o site, apesar de poder ser extremamente efêmero e dinâmico, está carregado de referências identitárias que permitem inferir a que grupo pertence: é um espaço que converge pessoas e grupos, espalhados pelo mundo inteiro, interessados em determinado tema, admiradores ou, simplesmente, curiosos. Essas pessoas são “reunidas” em torno da temática, no espaço virtual através de ferramentas síncronas ou assíncronas de interatividade. Talvez, sem esse espaço virtual, elas jamais viessem a se conhecer. Portanto, o ciberespaço proporcionou a ampliação das formas de sociabilidade, mas estas não perderam as características já configuradas nas relações tradicionais.

Isso reflete o posicionamento de Macedo (2006 p. 35), quando o autor afirma que “temos que compreender, apesar do impacto temporal, que o processo de globalização materializa-se no lugar”. Ou seja, neste “lugar” se reflete tanto as características globais, quanto aquelas que identificam o local de origem. “O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”.

Portanto, embora a rede, na sua complexidade, venha a ser designada como um não-lugar, ela está repleta de “lugares” que possuem significados etnográficos e culturais. No entanto, o que dificultaria a definição de “lugar” no ciberespaço seria a relação dinâmica que se estabelece entre os diferentes links, reconstruída tantas vezes quanto forem os internautas com as suas trajetórias individuais.

Assim, torna-se difícil estabelecer a extensão de um “lugar” relacionado a um endereço eletrônico, pois nele poderão estar contidos diferentes links, que remetam a outros endereços e assim por diante; necessariamente, o endereço de origem não tem relação direta com aquele acessado no final do percurso.

O próprio Augé (2001) se refere ao não-lugar como um lugar de passagem, transitório, que tenderia a assumir os contornos de “lugar” a partir dos significados dotados pelo viajante. Para o autor, os não-lugares estabelecem uma relação de caminho, de passagem, de via. “Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se.” (AUGÉ, 2001 p.98).

Como já dissemos, quando localizadas no ciberespaço, os espaços de identidades – representados pelos sites – não estão organizados hierarquicamente. Eles podem ser acessados por qualquer internauta que se interesse pelo tema e conteúdo. Neste contexto, tornam-se mais um elemento da cibercultura, conectando-se com outros sites e permitindo a relação com diversos internautas.

A linguagem híbrida das comunidades virtuais

Sabemos que o termo “virtual” pode ir muito além das representações encontradas no ciberespaço. No entanto, para este contexto, não utilizaremos as concepções filosóficas deste termo. Para desenvolvimento deste artigo, utilizaremos a definição corrente, onde comunidade virtual representa, simplesmente, aquelas que se constituem no ambiente virtual e ali desenvolvem as suas relações.

Neste contexto, de acordo com Levy (1999): “Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (LÉVY, 1999 p. 127).

O homem contemporâneo possui, pois, diversas referências, participa de diversas comunidades e entra em contato com diferentes culturas. O seu percurso individual é o que o torna único. E as pessoas que encontra no seu caminho é que contribuem para que ele se transforme no Sujeito com suas particularidades. Assim, as comunidades são formadas por sujeitos que se encontram durante o percurso da vida, que possuem afinidades em comum, que transformam e são transformados pelo convívio comunitário.

Na comunidade virtual é a linguagem utilizada: uma linguagem “híbrida”, guardando características da oralidade e da linguagem escrita. No contexto das comunidades virtuais, escrever bem pode significar dominar os códigos e usá-los corretamente.

“Na mensagem recebida pelo correio eletrônico, nos deparamos com palavras incorretas, com erros gramaticais e/ou ortográficos, escritas sem acentos, e com a leitura rápida que nos permite captar e responder” (GOMEZ, 2004 p. 65). Longe de significarem desconhecimento das regras gramaticais, essa forma de escrita é uma linguagem que busca recuperar traços da oralidade presencial, como gestos, cheiros, pausas, entonações, ênfases, enfim, uma série de sinais aparentemente desorganizados, mas que fazem sentido em um determinado contexto e a torna repleta de significados.

Walter Ong (1998) designa a linguagem oral mediada pela tecnologia como “oralidade secundária”, em oposição à oralidade de uma cultura totalmente desprovida de qualquer conhecimento da escrita e da impressão – a oralidade primária, oriunda dos ágrafos. (ONG, 1998 p. 19).

Esta segunda oralidade se trataria, portanto, de uma linguagem híbrida, mistura da oralidade primária com a linguagem escrita. Ela se apresenta de forma impressa, contudo, com a cadência da narrativa oral. Neste contexto, os sinais criptográficos são utilizados como adereços para expressar as emoções e imprimir velocidade ao diálogo. Seu ambiente natural são as ferramentas síncronas de interatividade.

Na linguagem escrita, “a impressão favorece uma sensação de fechamento, uma sensação de que o que se encontra em um texto foi finalizado, atingiu um estado de completude” (ONG, 1998 p. 150); ainda que sujeito a múltiplas interpretações e complementações, o texto se apresenta como uma mensagem completa. Assim, aprendemos na escola, sobre a linguagem culta, onde é preciso a coerência e a clareza, que o texto deve ter o início, meio e fim.

Nas ferramentas assíncronas, temos o texto em movimento – esperando a próxima interação para se desenvolver. Por isso, a impressão momentânea dos diálogos e trocas ocorridos, através da linguagem impressa, no contexto das comunidades virtuais é marcada pela incompletude e redundância.

No ambiente das comunidades virtuais a redundância e o uso de abreviaturas e sinais gráficos são recursos de linguagem largamente utilizados entre os internautas. O objetivo é manter a rapidez do discurso e substituir gestos e sinais presenciais que complementam a fala por sinais iconográficos. Tudo isso para manter seus interlocutores nos caminhos pretendidos.

Os internautas, então, estabelecem a “tensão comunicativa”, onde cada qual vai procurar guiar o outro pelo seu percurso argumentativo e negociar as interlocuções ao se deixar levar pelo percurso de outros também.

Para se manter a rapidez do diálogo, colocam-se as mensagens em letras maiúsculas quando se quer indicar que se está gritando; ou utilizam-se os avatares das caras tristes, sorrindo, piscando, para indicar o estado de ânimo; ou a cor vermelha, para indicar raiva; ou, ainda, os sinais gráficos, para complementar a palavra, gerando novos códigos (ex: ;) - :o - ☹). Cria-se, portanto, um novo alfabeto digital, com sinais, imagens, abreviaturas.

Para Castells (1999), um novo sistema de comunicação “que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura, como os personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (CASTELLS, 1999 p. 22).

Quéau (1996) chama esses signos de imagens de síntese. Eles formam uma nova escrita que modifica profundamente nossos métodos de representação e criam uma nova relação entre imagem e linguagem. (QUÉAU, 1996 p. 91).

No entanto, essa nova linguagem, que enfatiza a oralidade ainda não é reconhecida fora do ambiente da rede, embora comece a ser observada no cotidiano escolar, através da redação dos jovens estudantes frequentadores do ciberespaço e das suas ferramentas de interação.

O internetês e a escola

A tendência de pais e professores ao se depararem com os códigos de linguagem utilizados na rede – sobretudo pelos jovens internautas - é coibir, contrapondo o novo código à linguagem culta e formal, como se um invalidasse o outro.

Antes de nos apressarmos em julgar a linguagem e códigos da rede como substitutos menos qualificados da linguagem culta, sugerimos uma reflexão sobre alguns aspectos da linguagem. Em primeiro lugar, o impacto da negação do novo código, para os jovens, pode ser prejudicial para a relação que ele estabelece com seu grupo e com outros grupos.

Em qualquer cultura, linguagens, códigos e sinais são elementos que reforçam a identidade da comunidade. Neste caso, estamos falando de uma cultura digital, eminentemente jovem, cujo domínio dos códigos representa uma via de empoderamento deste segmento social. Ou seja, o fato de dominar os códigos e conseguir se comunicar com a comunidade gera o sentimento de pertencimento.

Quando professores, pais ou comunidade científica não reconhecem este código ou o classificam como uma linguagem menos importante – e até prejudicial ao domínio da língua portuguesa – estabelecem uma hierarquia. Em outras palavras, estão afirmando que a sua forma de se comunicar com o mundo é mais importante e mais correta do que aquela utilizada pelos jovens internautas. Neste contexto, reproduzem uma relação de poder já estabelecida tanto pela família, quanto pela escola.

Para o jovem, o não reconhecimento desta linguagem tanto pode servir para reafirmar um comportamento de rebeldia – positiva ou negativa – quanto pode contribuir para o desenvolvimento de uma baixa auto-estima, onde ele se encaixa no grupo que “não sabe escrever”.

Mas será que “não sabe escrever” significa o mesmo que “não sabe se comunicar?”. Será que quem sabe escrever também sabe se comunicar de maneira satisfatória? A dúvida se disseminaria se consultássemos alguns artigos acadêmicos e procurássemos traduzir a mensagem que o pesquisador procura nos passar. Temos dificuldade? Sim, mas se trata de uma linguagem reconhecida e prestigiada pela sociedade contemporânea. Portanto, ninguém questiona.

É lógico que também se trata de uma linguagem direcionada a um determinado grupo que não tem a intenção de se fazer entendida por outros. Mas esse também é o caso da linguagem iconográfica da rede. Ela demarca as diferenças para o reconhecimento do grupo e não tem a pretensão de se fazer entendida por todos.

Algumas reflexões conclusivas

Em nossa opinião, negar ou coibir a linguagem digital não é o caminho. Existem diversas formas de se trabalhar esta linguagem no contexto escolar. Uma proposta seria trazer a discussão do uso no momento em que se apresentam os gêneros de linguagem.

Isso não significa que podemos classificá-la como um gênero. Poderíamos, se se tratasse somente do meio em que ela se apresenta - a rede. Neste caso, ela aproxima-se dos gêneros: jornalístico, publicitário ou epistolar. No entanto, a mudança na linguagem é tão profunda – pois há mistura de figuras intercaladas com palavras e letras, ou novas propostas gráficas – que se trata muito mais do nascimento de um dialeto digital que tende, com o passar do tempo, a se afastar da língua mãe.

Isso faz com que seja preciso coibi-lo? Acreditamos que não. O fortalecimento da linguagem digital não significa, necessariamente, o desaparecimento ou arrefecimento da linguagem culta. Basta entender em que contexto cada uma deverá ser utilizada.

Tomemos como exemplo, o dialeto caboverdiano. O português é a língua oficial de Cabo Verde, utilizada em toda a documentação oficial e administrativa. É também a língua das rádios e televisões e, principalmente, a língua de escolarização.

Paralelamente, nas restantes situações de comunicação (incluindo a fala cotidiana), utiliza-se o caboverdiano, uma língua “crioula” (na definição dos caboverdianos) que mescla o português arcaico a línguas africanas. O crioulo divide-se em dois dialetos com variantes em pronúncias e vocabulários: das ilhas de Barlavento e das ilhas de Sotavento. Agora, observem como o site da Embaixada de Cabo Verde no Brasil descreve este dialeto:

A língua oficial de Cabo Verde é o português. Porém, a comunicação oral entre os habitantes das várias ilhas faz-se em caboverdiano (crioulo). Pólo fulcral de união de todos os caboverdianos, este código é a resultante do cruzamento do português com as línguas das costas da Guiné. O caboverdiano foi desde cedo uma língua franca sendo que, desde o século XVI se expandiu para a costa africana onde se comerciavam vários produtos. No quadro colonial, onde supostamente o português deveria ter sido a língua veicular, paradoxalmente, o crioulo foi utilizado como língua de ensino (catequização de escravos), pelas próprias instituições religiosas portuguesas. De onde se conclui da sua importância, desde muito cedo, nas nossas ilhas. Cabo Verde, inserido

na comunidade de língua portuguesa, obviamente fez uma opção clara de união e de estreitamento de relações entre falantes do mesmo código e de afectos.

Percebemos, portanto, como a aceitação e disseminação do dialeto caboverdiano fortaleceu a identidade do povo de Cabo Verde. O desenvolvimento de uma linguagem própria – próximo, mas diferente do português – demarcou as diferenças entre os caboverdianos e outras colônias portuguesas.

Assim, o povo pode dizer que possui uma linguagem própria, diferente daquela trazida pelo colonizador. Essa linguagem é utilizada cotidianamente, até mais do que a língua oficial portuguesa – inclusive em algumas rádios e canais de televisão. A própria Embaixada de Cabo Verde no Brasil ressalta a sua importância cultural e social, oferecendo aos internautas visitantes algumas palavras crioulas.

A língua culta portuguesa não foi esquecida. No entanto, a língua crioula se apresenta como um forte aglutinador cultural do povo caboverdiano. A presença da língua crioula não faz com que o povo saiba mais ou menos a língua culta. No entanto, os caboverdianos, mesmo dominando as duas línguas, sabem em que contexto podem e devem usá-las.

Poderíamos acrescentar a esse exemplo, vários outros, como os países bilíngües. Enfim, há uma série de povos que convivem com dois ou mais códigos de linguagem e isso não acarreta prejuízo – só os enriquece social e culturalmente. Então, porque seria diferente com os códigos da rede?

Na nossa percepção, a escola precisa olhar com menos preconceito a forma dos jovens se comunicarem na rede. É preciso analisar para além do registro impresso e perceber o significado que a linguagem representa para aqueles que a utilizam. Descartá-la ou considerá-la uma forma menor de comunicação é analisar o fenômeno de uma perspectiva redutora.

No entanto, é desta forma que ele é tratado na maioria das instituições de ensino. A nova linguagem se apresenta como uma ameaça à língua portuguesa, como uma “deturpação” do português culto. A ela, atribui-se a culpa por uma geração de jovens saber, cada vez menos, escrever corretamente. Ela ainda se depara com a tradição da linguagem escrita, que requer análise, síntese, seqüencialidade, além da obediência às regras gramaticais. E a ela, precisa se submeter.

Referências

AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Ed. Papyrus, 2001.

CASTELLS, M. O poder da identidade. A era da Informação: economia sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

GOMEZ, M. V. Educação em Rede: uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio De Janeiro: Ed. 34, 1999.

MACEDO, R. Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-formação. Brasília, Líber Livro editora, 2006.

ONG, W. Oralidade e Cultura Escrita. São Paulo: Papyrus, 1998.

ORTIZ, R. Mundialização e Cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

QUÉAU, P. O tempo do virtual In PARENTE, A. (org.) Imagem e Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

.